

**Situação da Infância Brasileira 2006**

**Crianças de até 6 anos**

# **O Direito à Sobrevivência e ao Desenvolvimento**

## REALIZAÇÃO

### Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

#### **Marie-Pierre Poirier**

*Representante do UNICEF no Brasil*

Escritório da Representante do UNICEF no Brasil

SEPN 510 – Bloco A – 2º andar

Brasília, DF – 70750-521

[www.unicef.org.br](http://www.unicef.org.br)

[brasil@unicef.org](mailto:brasil@unicef.org)

### Situação da Infância Brasileira 2006

#### **EQUIPE UNICEF**

**Coordenação do projeto:** Manuel Rojas Buvnich, Rachel Mello e Halim Antonio Girade

**Colaboração:** Adriana Alvarenga, Aline Andrade, Alison Sutton, Ana Márcia Diógenes, Ana Maria Azevedo, Andréia Néri, Fábio Atanásio de Moraes, Francisca Maria Andrade, Gisele Dias, Helena Oliveira, Jacques Schwarzstein, Jane Santos, Letícia Sobreira, Marcelo Mazolli, Maria José Medeiros, Mário Volpi, Patricio Fuentes, Ruy Pavan, Salvador Soler Lostao e Vilma Cabral

**Fotos:** UNICEF/Brasil/Luca Bonacini

#### **EQUIPE IBGE**

Ana Lucia Sabóia e Barbara Cobo Soares

**Consultoria:** Maria Dolores Kappel e Ivo Monsores

#### **PRODUÇÃO EDITORIAL**

**Cross Content Comunicação Integrada**

[www.crosscontent.com.br](http://www.crosscontent.com.br)

[contatos@crosscontent.com.br](mailto:contatos@crosscontent.com.br)

**Coordenação:** Andréia Peres e Marcelo Bauer

**Reportagem e edição:** Aline Falco, Cristina Yamazaki e Luiz Sampaio. Colaboração: Erica Abe e Joana Ricci

**Revisão:** Regina Pereira e Rosimeire Ribeiro

**Arte:** Cristiano Rosa (edição), David Michelsohn, José Dionísio Filho e Nicéia Lombardi (diagramação)

*A reprodução desta publicação, na íntegra ou em parte, é permitida desde que citada a fonte.*

**ISBN: 85-87685-05-8**

© **Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) – 2005**

Impresso no Brasil.

Fundo das Nações Unidas para a Infância

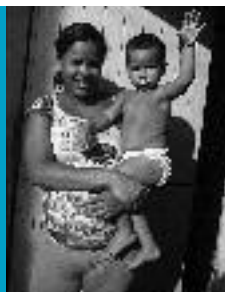
Situação da Infância Brasileira 2006

Crianças de até 6 anos

# **O Direito à Sobrevivência e ao Desenvolvimento**

# SUMÁRIO

## VIOLAÇÕES



### MORTALIDADE DE CRIANÇAS

## INFÂNCIA AINDA VULNERÁVEL .....8

Embora a mortalidade infantil venha diminuindo no Brasil, o País continua enfrentando grandes desafios nessa área, como as disparidades entre regiões e grupos sociais e a precariedade da atenção à mãe e ao recém-nascido

### O direito à vida .....17

*A articulação comunitária ajuda Alagoas a superar uma de suas grandes marcas: o alto índice de mortalidade infantil*



### VIOLÊNCIA

## PEQUENAS VÍTIMAS .....20

Acidentes e agressões são a principal causa de morte de crianças de 1 a 6 anos no Brasil. Respondem por quase um quarto dos óbitos

### Um exemplo de alternativa ao abrigo .....36

*O Grupo Viva Rachid, organização não-governamental sediada no Recife, oferece apoio psicossocial e econômico às famílias de baixa renda, garantindo a crianças e adolescentes soropositivos o direito à convivência familiar*



### DESNUTRIÇÃO

## AMEAÇA À SAÚDE .....40

Nas últimas décadas, os índices de desnutrição infantil foram reduzidos no Brasil, mas a situação atual ainda exige atenção permanente à segurança alimentar e nutricional das crianças

### Garantia de qualidade .....49

*Desde sua criação, o Selo UNICEF Município Aprovado ajudou a reduzir a taxa de mortalidade infantil e a ampliar o percentual de crianças vacinadas e a frequência em creches e pré-escolas*



### HIV/AIDS

## CENÁRIOS DESIGUAIS .....52

O País avança na redução do número de crianças que nascem com HIV, mas a atenção às que perdem os pais em decorrência da epidemia ainda está em estágio inicial



### EDUCAÇÃO INFANTIL

## ACESSO E QUALIDADE: OS GRANDES DESAFIOS ..... 64

Apesar do impacto da educação infantil no desenvolvimento das crianças, no Brasil menos da metade de meninos e meninas de até 6 anos frequenta creche e pré-escola. Além disso, a qualidade muitas vezes ainda deixa a desejar

### Atendimento integrado .....76

*Estímulo ao desenvolvimento integral leva cidadania a crianças com paralisia cerebral*



## CRIANÇAS SEM REGISTRO CIVIL

### À MARGEM DA CIDADANIA .....78

O direito ao registro civil, requisito básico para que a criança seja reconhecida como cidadã e tenha acesso a serviços e benefícios públicos, ainda é negado a mais de um quinto dos recém-nascidos no País

#### **Registro civil: direito da criança e da família .....85**

*Do Maranhão vem um exemplo para o resto do País. O Estado tem o primeiro município brasileiro, Santa Quitéria, a atingir a meta do governo federal de erradicação do sub-registro de nascimento*

## COMPETÊNCIAS



## COMPETÊNCIAS FAMILIARES

### FORTALECER A FAMÍLIA PARA TER CRIANÇAS FORTALECIDAS .....88

Pesquisa realizada pelo UNICEF revela como é importante investir na família para garantir o desenvolvimento das crianças de até 6 anos e o cumprimento dos direitos da primeira infância

#### **Programas de rádio discutem cidadania .....98**

*Com o apoio do UNICEF, dois projetos no interior do Ceará usam o rádio para discutir com a comunidade temas relativos aos Conselhos Tutelares e às competências familiares e municipais*

## POLÍTICAS



## POLÍTICAS PÚBLICAS

### O DESAFIO DA PARTICIPAÇÃO E DA UNIVERSALIZAÇÃO DOS DIREITOS .....100

Para a situação da infância no Brasil avançar, é preciso que governos, empresários e sociedade civil assumam sua parcela de responsabilidade e contribuição

#### **Como vivem as crianças indígenas sateré-mawés .....106**

*Conhecer a realidade das crianças indígenas é um dos grandes desafios do Brasil. O diagnóstico, que começou a ser feito pelos Sateré-Mawés, na Amazônia, permitirá a construção de políticas públicas mais direcionadas para as necessidades dessa população*

## IDI

### ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL .....108

O IDI é um instrumento que contribui para a formulação e o monitoramento de políticas públicas orientadas à infância no Brasil. Seu objetivo é ajudar a atingir os compromissos assumidos na Declaração do Milênio

#### **Índice de Desenvolvimento Infantil 1999 e 2004 .....124**

*Unidades da Federação (mapas)*

#### **Índice de Desenvolvimento Infantil 1999 e 2004 .....152**

*Brasil, grandes regiões e unidades da Federação (tabelas)*

#### **Índice de Desenvolvimento Infantil 1999 e 2004 .....154**

*Unidades da Federação e municípios (tabelas)*

## APRESENTAÇÃO

Trabalhar por um presente e futuro melhores para a criança significa lutar por uma sociedade mais democrática, igualitária e não-discriminatória, por um modelo de desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, e por um mundo de paz e justiça social. Essas metas fazem parte dos ideários do UNICEF, estabelecidos na Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada em 1989 pela Assembléia Geral das Nações Unidas e ratificada por 192 países.

Esses princípios também foram assumidos pelos chefes de Estado e de governo com a assinatura da Declaração do Milênio (2000) e do documento *Um mundo para as crianças* (2002). No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, reflete o conteúdo da Convenção, enquanto o Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente, criado pelo governo em 2003, inclui pontos presentes nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e em *Um mundo para as crianças*.

O relatório anual ***Situação da Infância Brasileira*** é mais uma contribuição do UNICEF a esse debate. Neste ano, enfatizamos os seis primeiros anos de vida da criança – fase fundamental para o desenvolvimento saudável do indivíduo. Por isso, programas integrados de desenvolvimento infantil são uma forma eficiente de intervenção para ajudar crianças, famílias, comunidades e nações a quebrar o ciclo intergeracional de pobreza. Os primeiros anos são para sempre – e o Brasil deve tratar com prioridade os cerca de 23 milhões de cidadãos que estão nessa faixa etária.

Como signatário da Declaração do Milênio e do documento *Um mundo para as crianças*, o Brasil se comprometeu a melhorar significativamente seus indicadores em relação à infância. Embora a situação tenha avançado na maioria das áreas, os números ainda são preocupantes. A taxa de mortalidade infantil é um dos indicadores que, ao ser considerado de maneira histórica, mostra os importantes avanços ocorridos. No período de 1994 a 2004, houve uma queda de 32,6%, chegando a 26,6 por mil nascidos vivos. No entanto, o Brasil tem a terceira maior taxa da América do Sul. Para 2015 o objetivo estabelecido pelo governo é chegar a um índice de 16 por mil nascidos vivos.

A proporção de crianças com baixo peso para a idade, principal indicador utilizado no Brasil para analisar a desnutrição infantil, era de 7% em 1989 e chegou a 5,7% em 1996. Nesse item especificamente estamos à frente das médias estimadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para a Ásia (32,8%), África (27,9%) e América Latina (8,3%). Mas trata-se ainda de um índice alto, bem acima do desejável (4%). Como signatário de *Um mundo para as crianças*, o País também se comprometeu a reduzir em no mínimo um terço a desnutrição de crianças menores de 5 anos.

Além disso, o Brasil tem outros desafios, como a universalização do direito ao registro civil de nascimento e a oferta de pré-natal e parto de qualidade para as gestantes. O registro de nascimento, medida fundamental para garantir a cidadania e os direitos do recém-nascido, está longe da universalização. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cada ano quase 750 mil crianças – mais de um quinto do total de recém-nascidos – completam o primeiro ano de vida sem ser registradas. Sem o registro civil, a criança não existe perante o Estado e não pode usufruir de uma série de serviços e benefícios garantidos por lei. O Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente, lançado em 2003, estabelece o compromisso de trabalhar pela universalização do registro, por meio da Mobilização Nacional para o Registro Civil de Nascimento, iniciada naquele ano.

Garantir, proteger e respeitar os direitos das crianças nos primeiros seis anos não é tarefa apenas dos governos e das organizações sociais. Ao lado dos demais segmentos da sociedade, os empresários são responsáveis por oferecer condições de vida digna e saudável para as crianças e suas famílias. Outros segmentos, como integrantes de entidades de classe ou de comunidades religiosas, também devem contribuir. Além disso, o papel central da família deve ser valorizado. Sob essa perspectiva, o UNICEF trabalha com o objetivo de fortalecer conhecimentos, práticas e habilidades dos familiares para o desenvolvimento pleno de suas crianças.

O cenário de avanços e desafios descrito neste relatório está também refletido em números na nova edição do Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI). Com o apoio do IBGE, o UNICEF apresenta à sociedade brasileira a comparação entre o IDI de 1999 e o de 2004 nos municípios e Estados. O ranking estadual dos municípios, segundo o IDI, ajuda a reconhecer os esforços realizados em grande parte das localidades e incentiva as administrações e as comunidades locais e acelerar os seus esforços em prol da criança.

A análise do IDI revela que houve melhorias substanciais nas condições oferecidas às crianças brasileiras em muitos dos municípios. O sucesso de diversas políticas públicas para a infância indica que o País tem condições de superar as adversidades – e, com isso, dar condições de vida adequadas à cada criança e adolescente.

**Marie-Pierre Poirier**

*Representante do UNICEF no Brasil*